## REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

### Ata da reunião realizada a 14 de outubro de 2014

Ao décimo quarto dia do mês de outubro do ano de dois mil e catorze, pelas dez horas, na Casa das Tias, na cidade de Praia da Vitória, reuniu o Conselho de Ilha da Terceira presidido por José Gabriel do Álamo de Meneses. ----------

Presentes: ----------

José Gabriel do Álamo de Meneses, Presidente do Conselho de Ilha e Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. ----------

Sandro Rebelo Paim, primeiro Secretário da Mesa do Conselho, representante da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo. ----------

Ana Rita Meneses Branco, segundo Secretário da Mesa do Conselho, representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória. ----------

Paula Pamplona Ramos, Vice-Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória. -------

Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz, em substituição do Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo. ----------

Sebastião Lima, em substituição do Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória. ----------

Marília Margarida Enes Garcia de Vargas, representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo. ----------

Péricles Pereira Ortins, representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.-

Pedro Miguel de Borba Ferreira, representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo. ----------

Maria Francisca Santos Toledo Gomes de Andrade, representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória. ----------

Carlos Valadão Santos, representante da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo. -

Fernando Gastão de Sousa Sieúve de Meneses, representante das Associações Agrícolas. ----------

José António Sózinho Azevedo, representante das Associações Agrícolas. ----------

José Manuel Ferreira Pimentel Dias, representante dos Sindicatos. ----------

António Toste Parreira, deputado do PS. ----------

Paulo Alexandre Borges, deputado do PS. ----------

Luís Miguel Forjaz Rendeiro, deputado do PSD. ----------

Maria Judite Parreira, deputada do PSD. ----------

Ausências justificadas:----------

João Luís Sanchez dos Santos, representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo. ----------

Rui Fernandes Nobre de Castro, representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória. ----------

Benvinda de Fátima Lima Borges Santos, representante dos Sindicatos. ----------

Domingos Manuel Cunha, deputado do PS. ----------

Ausências não justificadas:----------

Francisco Sousa, deputado do PS. ----------

Berto Messias, deputado do PS. ----------

Cláudia Alexandra Cardoso, deputada do PS. ----------

António Ventura, deputado do PSD. ----------

Artur Lima, deputado do CDS-PP. ----------

António Félix Rodrigues, deputado do CDS-PP. ----------

Ordem de trabalhos: ----------

1. Aprovação da ata da reunião ordinária de 29 de maio. ----------
2. Emissão de parecer sobre as propostas de alteração ao projeto de Decreto Legislativo Regional relativo ao Regime Jurídico do Conselho de Ilha, dos grupos parlamentares do PS e CDS-PP. ----------
3. Emissão de parecer sobre a anteproposta de Plano Regional Anual para 2015, nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio. ----------
4. Outros assuntos de interesse. ----------

O Presidente do Conselho saudou os conselheiros presentes e colocou a admissão de uma proposta de deliberação sobre o funcionamento da RDP, que deu entrada fora de prazo, para ser integrada como ponto quarto da agenda.----------

O Conselho, por unanimidade, deliberou admitir este ponto.----------

## Período antes da ordem do dia

No período antes da ordem do dia inscreveram-se os conselheiros José Pimentel Dias,

Pedro Ferreira, Fernando Meneses. ----------

O Conselheiro José Pimentel Dias colocou duas questões, a primeira referindo-se à necessidade da correspondência do Conselho ter um timbre oficial ou utilizar os símbolos das duas autarquias, tendo recomendado que os municípios elaborem um estudo sobre o assunto. ----------

O Presidente esclareceu que o Conselho de Ilha não é um órgão autárquico, é um órgão de natureza regional, criado por legislação regional, pelo que considerou que não seria muito correto que fosse identificado pelos símbolos autárquicos, referiu ainda que talvez fizesse mais sentido a utilização dos símbolos regionais. ----------

A Conselheira Paula Ramos referiu que não tem nada a opor à utilização das heráldicas das Câmaras, no entanto, esta opção iria dar ideia que o Conselho de Ilha era um órgão intermunicipal o que não correspondente à realidade. ----------

O Conselheiro Luís Rendeiro referiu que a matéria não era de grande relevância e que embora a legislação não preveja a criação de um símbolo para o Conselho, seria bom que houvesse um logótipo distintivo para a correspondência deste órgão. ----------

Foram colocadas a votação as seguintes quatro hipóteses para a resolução da questão: ----------

Manter a situação atual, identificar a documentação com "Conselho de Ilha da Terceira", aprovada com sete votos a favor, oito abstenções. ----------

Utilizar os símbolos das duas autarquias, quinze abstenções. ----------

Utilizar os símbolos da Região Autónoma dos Açores, um voto a favor e catorze abstenções. ----------

Criação de um logótipo para o Conselho, seis votos a favor e nove abstenções. ----------

O Conselheiro José Pimentel Dias referiu que o projeto de redução da iluminação pública na ilha deveria ter sido discutido no Conselho de Ilha, dadas as consequências para a circulação pública e segurança das populações. Questionou o horário praticado e os critérios utilizados para a sua redução, e se existe algum estudo técnico para a sua implementação. Solicitou que o assunto seja explicado na próxima reunião por técnico habilitado na matéria. ----------

O Presidente informou que a redução foi aplicada pelo Governo Regional e autarquias, e propôs que o assunto seja agendado para em próxima reunião com a devida informação técnica. A proposta foi aprovada por unanimidade. ----------

O Conselheiro Pedro Ferreira esclareceu que não apresentou a prenuncia sobre a permanência de um avião da SATA, no aeroporto das Lajes, dado os recentes desenvolvimentos relativos ao serviço público entre os Açores e o Continente, fruto de

um conjunto de diligências que a nível institucional o CDS-PP encetou junto do Presidente do Governo Regional, sendo já conhecidas algumas intenções que se irão concretizar a curto prazo, incluindo a questão vertente. ----------

O Conselheiro Fernando Meneses referiu que no corrente ano haverá um corte superior a um milhão de hastes em floricultura para exportação, mas infelizmente, será uma das piores temporadas, porque a colheita ficará sujeita a temperaturas entre 10° e 16° no aeroporto, por não haver estruturas de frio, fazendo com que muitas das hastes sejam rejeitadas ao chegarem ao destino. Defendeu que deveria haver uma solução imediata para o assunto. O Presidente sugeriu que o assunto seja integrado nas propostas do plano para 2015. ----------

## Ordem do dia

**Primeiro ponto** - A ata da reunião ordinária de 29 de maio foi aprovada por unanimidade. ----------

**Segundo ponto** - Emissão de parecer sobre as propostas de alteração ao projeto de Decreto Legislativo Regional relativo ao Regime Jurídico do Conselho de Ilha, dos grupos parlamentares do PS e CDS-PP. ----------

Tendo em conta que o Conselho já se pronunciou, anteriormente, sobre duas propostas que previam propostas idênticas às colocadas em apreciação e por uma questão de coerência o Presidente propôs que o Conselho apenas se pronunciasse sobre as novas alterações. O Conselho concordou, por unanimidade, com a metodologia sugerida. -----

O Presidente deu conhecimento da pronuncia escrita da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo que se transcreve: "Segue parecer da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo sobre as propostas de alteração do Regime Jurídico do Conselho de Ilha apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PS/Açores e do CDS-PP: ----------

Relativamente à alteração da composição dos membros que compõem este órgão esta Câmara do Comércio concorda com a inclusão da Universidade dos Açores, tendo um representante nas ilhas do Faial, Terceira e São Miguel, como proposto pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP. Relativamente à inclusão das outras entidades propostas, mantém-se o mesmo entendimento anteriormente já transmitido no parecer dado a 20 de Março deste ano, em que a CCAH defendeu a inclusão de representantes das associações do sector das pescas, uma vez que é um sector com um cariz importante na Região Autónoma dos Açores, de extrema importância na sua economia e um sector de clara expansão a nível de exportação. ----------

Relativamente à inclusão de outras entidade, como as que são propostas em ambas as

propostas legislativas, esta Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, defende que possa ser importante a sua representatividade no Conselho de Ilha, mas apenas quando forem discutidos assuntos que sejam do seu interesse, devendo nesse caso, o Presidente do Conselho de Ilha convocar os representantes para estarem presentes nas reuniões para discutir apenas os assuntos que lhes digam respeito e sejam do seu interesse. ----------

Relativamente à alteração do artigo 5.º da proposta pelo Grupo Parlamentar do PS, defendemos que não existe necessidade de alteração, uma vez que a associação comercial ou industrial ao indicar um representante, já o faz no sentido de abranger o número máximo de atividades ou subsetores possíveis.----------

Quanto às restantes alterações propostas, esta Câmara do Comércio não tem nada a opor." ----------

O Conselheiro José Pimentel Dias colocou as seguintes questões: ----------

Porquê incluir três presidentes de juntas de freguesia, como aplicar a situação à ilha do Corvo que não tem freguesias, sendo que existem membros eleitos pela assembleia municipal nas quais tem acento Presidentes de Juntas de Freguesia. ---------

Sobre a primeira questão o Conselheiro Luís Rendeiro esclareceu que faz parte da Comissão Parlamentar encarregue do assunto e referiu se trata de duas abordagens, a do PS, que entende que, para além do reforço da representação social, deve haver uma maior representatividade dos eleitos locais, enquanto que o PSD defende que o Conselho deve ser um órgão eminentemente social, com elementos da sociedade civil e não da atividade política, para que as decisões sejam sociais e não condicionadas pelo poder local em determinado momento. Em conclusão, defendeu que a proposta do PS visa condicionar a composição e os pareceres dos Conselhos de Ilha. ----------

O Presidente referiu que efetivamente é possível que os presidentes de junta sejam eleitos pela assembleia municipal, o que se prevê é reservar para além dessa possibilidade uma quota especifica para presidentes de junta. Entende que os presidentes de junta tem uma grande proximidade com as populações, pelo que faz todo o sentido estarem representados no Conselho. ----------

O Conselheiro José Azevedo discordou com o alargamento do número representantes das ONGA's e setor das Pescas. Ao que foi esclarecido pelo Presidente e pelo Conselheiro Fernando Meneses que o mesmo princípio já se aplicava aos setores com assento no Conselho, nomeadamente o da agricultura. ----------

O Conselheiro Fernando Meneses referiu que temia que o alargamento excessivo da composição do Conselho de Ilha colocasse em risco o seu bom funcionamento. Por

outro lado, sugeriu se não seria de disciplinar a indicação dos representantes da Assembleia Municipal, no sentido de serem eleitos também presidentes de junta. -------

A Conselheira Francisca Toledo concordou com a posição do Conselheiro Fernando Meneses que se rege pelo bom senso, e referiu o exemplo da Assembleia Municipal da Praia da Vitória que elegeu dois presidentes de junta. ----------

A Conselheira Rita Branco defendeu que enquanto Presidente de Junta, nunca foi ou será condicionada, tendo autonomia para defender e representar a freguesia, refutando as considerações proferidas pelo Conselheiro Luís Rendeiro. ----------

A Conselheira Marília Vargas manifestou a sua concordância com a proposta do PS, através da separação clara entre os representantes da assembleia municipal e das juntas de freguesia. Quanto ao número poderia, eventualmente, ser reduzido para dois. ----------

O Conselheiro António Toste entende que nesta questão poderão ser eleitos presidentes de junta de qualquer quadrante político, por outro lado, entende que a proposta cria proporcionalidade entre as entidades representadas no Conselho. ---------

O Conselheiro Pedro Ferreira entende que sendo a ANAFRE, a entidade que reúne presidentes de junta de todas as ilhas, sugeriu que fosse eleito um representante da referida associação, na respetiva ilha. ----------

Colocada a votação a proposta de introdução no Artigo 2.º da alínea "c) Três presidentes de junta de freguesia, a serem eleitos de entre todos os presidentes de junta da respetiva ilha, segundo o método de Hondt;" a proposta foi aprovada com 7 votos a favor, com o voto de qualidade do Presidente, 1 abstenção e 7 votos contra. ---

Colocada a votação a proposta de alteração na alínea "c) Dois presidentes de junta de freguesia, a serem eleitos de entre todos os presidentes de junta da respetiva ilha, segundo o método de Hondt;", a proposta foi rejeitada com 2 votos a favor e 13 contra. ----------

Colocada a votação de nova redação para a alínea "c) Um representante da ANAFRE", a proposta foi rejeitada com 1 voto a favor, 3 contra e 11 abstenções. ----------

Colocada a votação a nova redação para a alínea "c) A Assembleia Municipal elege quatro representantes, dos quais dois são Presidentes de Junta", a proposta foi rejeitada com 1 voto a favor, 4 abstenções e 10 votos contra. ----------

No que concerne à proposta do PS relativamente à alínea d) o Conselheiro José Pimentel Dias, defendeu que não tem cabimento a presença de um representante do Governo no Conselho, porque pode trazer um confronto político desnecessário. Referiu ainda que o Governo Regional deveria reunir com o Conselho, à semelhança do que

acontece com as ilhas onde realiza visitas estatutárias. ----------

O Presidente entendeu que a presença do representante do Governo poderá ser de grande utilidade, no sentido de responder de imediato a perguntas que são colocadas. Por outro lado, como não tem direito a voto não existindo interferência nas decisões do conselho. Quanto à reunião do Governo com o Conselho, nas ilhas com visitas estatutárias realiza-se a anualmente, o que dificilmente responde a todas as questões dos respetivos conselhos. ----------

O Conselheiro Luís Rendeiro frisou que nada impede que o Conselho chame os membros do governo para esclarecer matérias em análise. Respondendo à intervenção da Conselheira Rita Branco, referiu que, o que os separa é defender que os Conselhos devem ser órgãos emanados da sociedade civil e não progressiva politização patente na proposta do PS. ----------

Neste momento ausentou-se da reunião o Conselheiro Fernando Meneses. ----------

Colocada a votação a introdução no artigo 2.º a alínea "d) Um representante do Governo Regional, sem direito a voto;", a proposta foi aprovada com 8 votos a favor e 6 votos contra. ----------

O Conselheiro José Pimentel Dias discorda da posição da Câmara do Comércio porque só existem dois movimentos sindicais, pelo que a redação do artigo 6.º está em contradição com redação da nova alíena f) do n.º 2.º. ----------

Colocada a votação a inclusão no n.º 1 dos artigos 5.º, 6.º e 7.º, de "... devendo abranger o máximo número possível dos respetivos subsetores de atividade.", a proposta foi aprovada com 7 votos a favor, 2 abstenções e 4 votos contra. ----------

O Conselheiro José Pimentel Dias questionou a necessidade de introdução do n.º 4 no artigo 9.º, isto porque, a nível autárquico não funciona desta forma. Seria mais conveniente uma norma a eleger a mesa por um período mais alargado, por exemplo dois anos. ----------

O Presidente referiu que sobre a nível da génese da proposta não se pode pronunciar, de uma forma prática entende que tem intenção, à semelhança dos órgãos regionais, da mesa reunir periodicamente para tratar de assuntos de expediente do Conselho. ---

Colocada a votação a inclusão no artigo 9.º o "n.º 4. A mesa do conselho de ilha funciona como comissão permanente do respetivo órgão.", a proposta foi aprovada com 10 votos a favor, 2 abstenções e 2 votos contra. ----------

Colocada a discussão a proposta "de 45 dias para as entidades nomearem os seus representantes," e não tendo havido inscrições, passou-se à votação com a aprovação da proposta com 10 votos a favor e 4 abstenções. ----------

O Conselheiro do Pedro Fonseca chamou a atenção para a norma revogatória, que elimina os artigos referentes às senhas de presença, ajudas de custo e subsídio de transporte, que já havia sido alvo de análise em reunião anterior. Concluiu que se trata de um abuso que o PS proponha a revogação, considerando que a maior parte das reuniões extraordinárias realizadas são para emitir pareceres sobre matérias colocadas pelo Governo Regional. ----------

Sobre a matéria vertente o Conselheiro Luís Rendeiro considerou que à parte dos conselheiros que exercem funções públicas, os restantes abdicam de um dia de trabalho para dar o seu contributo cívico. Assim, entende que a atribuição de uma senha de presença é um ato de justiça, pelo que considerou que é um ato de injustiça proceder à revogação proposta. ----------

A Conselheira Francisca Toledo considerou que a atribuição da senha de presença demonstra respeito pelas pessoas que se dispõem em participar no Conselho, em detrimento do seu trabalho e vida pessoal. ----------

O Conselho manifestou-se por unanimidade contra com a seguinte proposta do PS: "Artigo 2.º A - São revogados os artigos 23.º, 24.º 25 e 26.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/99/A, de 10 de julho". ----------

Passando à proposta do CDS-PP, o Presidente colocou a discussão a introdução da alínea i) do artigo 2.º "Um representante de cada Ordem Profissional com sede ou delegação na respetiva ilha." ----------

O Conselheiro José Pimentel Dias solicitou fundamentação para a proposta, e propôs uma redação alternativa "ordens profissionais indiquem dois representantes das". Ao que o Conselheiro Pedro Ferreira informou que se trata de uma forma de despolitizar e abrir à sociedade civil o Conselho, através de integração de membros que representem as ordens profissionais. ----------

Já o Presidente considerou que a proposta iria criar assimetrias entre as ilhas, uma vez que nem todas ilhas tem representantes de ordens profissionais. ----------

O Conselheiro José Azevedo defendeu que os setores profissionais já se encontravam representados no Conselho, através dos sindicatos e pelas associações. ----------

Colocada a votação a proposta i) do artigo 2.º " Um representante de cada Ordem Profissional com sede ou delegação na respetiva ilha", a proposta foi rejeitada com 1 voto a favor, 2 abstenções e 12 votos contra. ----------

Colocada a votação a proposta alternativa apresentada pelo Conselheiro José Pimentel Dias "ordem profissionais indiquem dois representantes das" a proposta foi rejeitada com 1 voto a favor, 3 abstenções e 11 votos contra. ----------

Para as questões abaixo não houve inscrições. ----------

Colocada a discussão e votação a proposta de introdução da j) do artigo 2.º "Um representante da Universidade dos Açores, nas ilhas do Faial, Terceira e São Miguel.", a proposta foi aprovada com 11 votos a favor e 4 abstenções. ----------

Quanto à introdução do artigo 7.º – E, a proposta foi aprovada por unanimidade. --------

Por último, foi colocado a votação do artigo 3.º - Norma transitória, a proposta foi aprovada com 6 votos a favor e 9 abstenções. ----------

**Terceiro ponto** - Emissão de parecer sobre a anteproposta de Plano Regional Anual para 2015, nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio. ----------

O Presidente propôs que os comentários escritos sejam anexos ao parecer emitido pelo Conselho, a proposta foi aceite por unanimidade. ----------

O Conselheiro José Azevedo considerou insuficientes os recursos inscritos para a segunda fase do parque de exposições da Ilha Terceira, ficando a sensação de que a segunda fase se arrastará por anos, como aconteceu com a primeira fase, a não ser que em 2016 se verifique um reforço acentuado de verbas para terminar a obra. Pelo que defendeu que o Conselho de Ilha deveria tomar uma decisão de força no sentido do reforço de verba para uma conclusão rápida da obra. ----------

O Conselheiro José Pimentel Dias manifestou a seguinte posição da UGT-Açores sobre a proposta em discussão. ----------

"Volvidos mais de 3 meses sobre a conclusão do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) que culminou com a saída da TROIKA do País, e não obstante as melhorias registadas em alguns indicadores macroeconómicos e sociais, a situação está longe dos níveis satisfatórios que preconizamos para uma sociedade mais justa e equilibrada, em convergência para os níveis de rendimento médio comunitário, um dos grandes objetivos de construção da União Europeia. ----------

O agravamento da pobreza e das desigualdades, a deterioração do Estado Social, a redução das condições de vida e trabalho, a degradação do mercado interno e do tecido produtivo, os elevados níveis de desemprego, os cortes nos salários e nas pensões, são as grandes marcas deixadas pela intervenção da TROIKA. ----------

Maiores reservas temos quando nos apercebemos que a continuidade e o aprofundamento das políticas que vêm sendo seguidas, que sempre mereceram, e merecerão uma profunda oposição crítica da UGT-Açores, conduziram o País para um agravamento da situação laboral e social, com o aumento do desemprego, a precarização do emprego e o agravamento da pobreza e das desigualdades sociais. ---

De acordo com as previsões governamentais na 2ª revisão do Orçamento de Estado

para 2014, o crescimento económico passa de 1,2% para 1%, a taxa de desemprego não obstante a tendência de descida que se vem verificando de forma consistente há mais de um ano, ainda atinge níveis muito elevados comparativamente com outros países da União Europeia, é bom não esquecer que atualmente Portugal ocupa a 5ª posição dos países com maior taxa de desemprego. ----------

Por outro lado, ao nível das finanças públicas, o Governo compromete-se com a manutenção do défice nos 4% para 2014, e assiste-se mais uma vez a uma revisão em alta da dívida pública para 130,9% do PIB. ----------

A consolidação das finanças públicas tem sido feita sobretudo à custa dos trabalhadores e pensionistas, por via de cortes de salários e pensões, do aumento do desemprego, da redução das prestações sociais e do forte agravamento da carga fiscal, continuando o Governo a não revelar capacidade para controlar as despesas noutras áreas da Administração Pública. ----------

Não basta mudar de discurso. É preciso que o Governo tenha a coragem e a firmeza em propor aos nossos parceiros europeus e nacionais medidas que intensifiquem o ritmo de crescimento económico que já se vem sentido de algum tempo a esta parte. -

Se a tudo isto somarmos as perturbações que poderão surgir na sequência da falência do Grupo Espírito Santo arrastando o seu principal ativo, o Banco Espírito Santo, perspetivas mais sombrias se nos colocam no que diz respeito ao processo de consolidação financeira em curso. ----------

Neste contexto, a tónica do discurso e do apelo da UGT/Açores cada vez mais se coloca na necessidade urgente de centrar as respostas políticas na promoção do crescimento económico, da criação de emprego e da correção das injustiças criadas. --

A solução passa por uma política virada para o crescimento económico onde o investimento produtivo assuma um papel primordial no leque de opções a tomar, pois só este será capaz de proporcionar a criação de emprego duradoiro e sustentável. -----

Os efeitos do ajustamento a que o País teve de se sujeitar (PAEF) na sequência do acordo assinado com o FMI, EU, e BEC, na Região Açores foram ainda mais gravosos porque se trata de uma pequena economia dividida por nove parcelas, com pouco peso no sector secundário fortemente abalado pela crise na construção civil, e um sector terciário altamente dependente da Administração Pública. ----------

Prova disto são os persistentes e elevados níveis de desemprego que se registam nos Açores há mais de um ano, com taxas superiores à média do continente, registando mesmo as maiores taxas de crescimento do país em especial na população jovem. -----

No 2.º trimestre de 2014 os Açores foram mesmo a Região do País com maior taxa de desemprego do País com 16%, cuja taxa média é de 13,9%, não obstante ter havido criação de emprego efetiva bem como uma descida de 18% para 16% da população

ativa desempregada, que se traduz em menos 2.275 indivíduos desempregados, que não é acompanhado em termos homólogos, mais 511 indivíduos desempregados, contrariando a tendência a nível nacional que é também de diminuição. ----------

A UGT Açores defende que é essencial que o Governo opere uma mudança de políticas e prioridades no plano interno, até porque segundo o INE a Região Autónoma dos Açores no 1º semestre de 2014 obteve um (lucro) superavit de quase um milhão de euros, situação não compaginável com o elevado desemprego registado no mesmo período. ----------

Também somos apologistas de contas públicas certas, transparentes e equilibradas, mas consideramos de estranhar a existência de superavit orçamental, quando a situação exige é que haja mais investimento, designadamente público, como forma de combater a situação de desemprego acima descrita. ----------

Assim, e para o efeito, a UGT/Açores continua a eleger como principais PRIORIDADES para 2015 a adoção de: ----------

1. POLÍTICAS DE CRESCIMENTO ECONÓMICO SUSTENTÁVEL DOS AÇORES – impõe-se que o Governo Regional promova um conjunto de políticas tendentes à criação e desenvolvimento do sector reprodutivo regional, nomeadamente nos setores onde possui potencialidades endógenas e revela capacidades de resposta imediata em termos de oferta de bens e serviços, nomeadamente nos setores agrícola, das pescas, e do turismo; importa neste âmbito fazer o melhor aproveitamento possível no âmbito do Programa Operacional que acolherá o envelope financeiro de 1 400 000,00 €, que a RAA vai receber da Comunidade Europeia até 2021. ----------

2. APOSTA NA FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE EMPRESÁRIOS E NO APOIO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTO QUE SE TRADUZAM NA MODERNIZAÇÃO DO NOSSO TECIDO PRODUTIVO, NA MELHORIA DA QUALIDADE E NA DIVERSIFICAÇÃO DA NOSSA OFERTA DE BENS E SERVIÇOS E NO AUMENTO DA OFERTA E DA QUALIDADE DE EMPREGO – importa que o Governo Regional crie, acompanhe e monitorize medidas sérias, exigentes e qualificadas de incentivo à iniciativa privada, bem como desenvolva uma política de investimentos públicos que contribua para a afirmação e sustentação do sector produtivo regional, nomeadamente na dinamização do setor da construção civil ligada à qualificação e requalificação das infraestruturas turísticas; importa, ainda, neste âmbito monitorizar e apurar da oportunidade, validade e sucesso das medidas que integram a Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial. ----------

3. POLÍTICAS DE COOPERAÇÃO COM A UNIVERSIDADE DOS AÇORES – tendo em vista o cabal aproveitamento das capacidades humanas e técnicas já instaladas, encomendando estudos e trabalhos que a Região necessite. ----------

4. POLÍTICA DE OBRAS PÚBLICAS VIRADA PARA A DIMENSÃO DAS EMPRESAS REGIONAIS – através da adequação ou redimensionamento dos concursos de obras públicas que tenham em conta a capacidade das empresas regionais/nacionais, de forma a inverter a crise que se instalou no mercado da construção civil, salvando algumas empresas da falência e, com isso, a perda dos postos de trabalho de milhares de açorianos; o setor do turismo pode e deve ser visto como uma área privilegiada de intervenção para a construção civil. ----------

5. POLÍTICA DE APOIO À HABITAÇÃO DEGRADADA E À REQUALIFICAÇÃO URBANA EM COOPERAÇÃO COM AS AUTARQUIAS – a UGT/Açores defende a necessidade do reforço dos programas e ações tendentes à recuperação e beneficiação do parque habitacional regional, no âmbito de uma política mais geral de reabilitação e requalificação urbana, em estreita cooperação com as autarquias, como forma de combater por esta via o desemprego existente. ----------

6. CONTINUAÇÃO DAS POLÍTICAS ATIVAS DE APOIO AO EMPREGO E À FORMAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES – através da promoção ou reforço de políticas de emprego e de requalificação académica e profissional que potenciem a inserção no mercado de trabalho dos nossos recursos humanos mais desfavorecidos, como sejam os casos dos jovens, das mulheres, dos desempregados mais velhos, dos desempregados de longa duração e dos deficientes. ----------

7. POLÍTICAS DE APOIO SOCIAL AOS MAIS CARENCIADOS - que deem melhor cobertura e resposta às novas realidades disfuncionais sociais emergentes da situação de crise que se vive que começa a atingir a classe média (como seja o do fenómeno do desemprego prolongado de ambos os progenitores), utilizando para o efeito a rede de solidariedade social em trono das IPSS/misericórdias. ----------

8. CONJUNTO DE POLÍTICAS DE RENDIMENTOS MAIS JUSTAS – que assegure, pela via da negociação coletiva ou da criação de políticas salariais e de rendimentos, um adequado nível de rendimentos e uma justa partilha dos ganhos de produtividade; como forma de contrariar a tendência deflacionista que se regista na Europa, País e Região a UGT/Açores defende que se deve insistir nos aumentos salariais entre 2,5% e 3%, a começar pela atualização do salário mínimo, contribuindo assim para a reposição do poder de compra perdido nos últimos anos. ----------

9. POLÍTICA DE COOPERAÇÃO ACTIVA COM AS IPSS MISERICÓRDIAS reforçando-se a cooperação com as instituições que atuam na área da solidariedade social no combate à pobreza e à exclusão social, e no apoio domiciliário e assistência familiar dos idosos mais carenciados; relativamente a este ponto congratulamo-nos com o recente anúncio do desbloqueamento das verbas contratualizadas entre o Governo Regional através da Secretaria Regional da Segurança Social e as Instituições Particulares de

Segurança Social destinadas à regularização de ordenados e outras prestações aos trabalhadores dessas instituições. ----------

10. POLÍTICA DE COMBATE À ILEGALIDADE, CORRUPÇÃO E EVASÃO FISCAL- através do reforço dos meios e ações inspetivas de combate à violação da lei, à corrupção e ao desperdício e má gestão financeira dos dinheiros públicos, bem como de combate à fraude e evasão fiscal, e de verificação da correta aplicação dos fundos comunitários. -

11. POLÍTICA DE DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO – promoção ou reforço da política da prestação de serviços públicos nomeadamente nos sectores da saúde e da educação, assegurando a sua qualidade e acesso universal, como instrumentos indispensáveis ao modelo de desenvolvimento económico e social europeu; neste particular, a UGT/Açores alerta para a necessidade de reforço urgente do pessoal assistente operacional de ação educativa nas escolas da Região em virtude do desfalque registado nos últimos anos destes recursos humanos em virtude da sua passagem à aposentação. ----------

12. POLÍTICA DE REFORÇO DA NEGOCIAÇÃO COLECTIVA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – através do cumprimento integral da nova LTFP vigor por via da promoção de uma efetiva prática negocial que permita a discussão franca e aberta das propostas de diploma estruturantes da nossa Administração Pública Regional. ----------

A finalizar, a UGT/Açores, enquanto parceiro social proactivo, aberto ao diálogo e à concertação social, reafirma uma vez mais a sua disponibilidade em contribuir ativamente para a construção nos Açores de uma sociedade cada vez mais participada, democrática, moderna e desenvolvida, em diálogo com todos os demais parceiros sociais e os Órgãos de Governo próprio da Região." ----------

A Conselheira Paula Ramos referiu que a Câmara Municipal da Praia da Vitória emite parecer favorável à anteproposta de Plano numa perspetiva que os compromissos assumidos quer para a Câmara, quer para o Concelho da Praia, quer para a ilha Terceira sejam cumpridos. No entanto, propôs que se recomende a inclusão de alguns compromissos que se encontram no manifesto eleitoral da Terceira, que não podem passar mais um ano, sem serem contemplados no Plano e dotados da respetiva verba, mais concretamente, a erradicação de barracas na Serra de Santiago, a infraestruturação do Bairro de Santa Rita, dado que são processos que se alongam já à algum tempo e onde foram dados passos importantes para a sua resolução, nomeadamente, no Bairro de Santa Rita que é uma área urbana de génese ilegal que advém do impacto da presença que os norte americanos tiveram no Concelho, cujas condições de habitabilidade se tem a vindo a degradar de forma acentuada, acrescendo os problemas sociais existentes. Referiu ainda a valorização e divulgação

do património da arquitetura típica do Ramo Grande e o reforço das ligações diretas para o estrangeiro. ----------

O Presidente manifestou o seguinte parecer positivo, na qualidade de representante do Município de Angra do Heroísmo, vê com agrado que algumas questões essenciais se encontram contempladas no plano, nomeadamente, questões relacionadas com o Porto das Pipas, Parque Tecnológico e a conclusão de investimentos que se encontram a desenrolar. Esclareceu em relação à intervenção do Conselheiro José Azevedo, que o volume financeiro indicado num determinado ano é indicativo da celeridade da execução, uma vez que no primeiro ano geralmente decorre o processo concursal que não consome muitos recursos financeiros. ----------

O Conselheiro Luís Rendeiro entende que a anteproposta em apreciação é uma repetição do Plano de 2014, ficando-se com a sensação de que se esteve a marcar passo durante um ano. Nos investimentos estruturantes na Ilha Terceira, não existe uma linha de rumo para a Ilha no contexto da Região. Sendo que necessariamente os resultados serão os mesmos, como foi visto nos relatório da OCDE, onde os resultados apontadas para a Região são os piores do país. O fato de desaparecer investimentos estruturantes para a ilha Terceira do Plano, como o terminal de cargas e a conclusão do Parque de Exposições, ou o protelar do arranque do Parque Tecnológico e a conclusão da Biblioteca são o exemplo do desinvestimento do Plano na Ilha Terceira. Também não responde a questões centrais como o despovoamento, o envelhecimento da população, o desemprego ou a centralidade geográfica da ilha. ----------

Será que a anteproposta de Plano Regional para 2015 corresponde à ambição do Plano de Desenvolvimento Estratégico para a Ilha Terceira, será que este documento foi tido em conta, pelo documento apresentado parece que não foi tido em consideração. Não se pode continuar a planear sem dados estatísticos, que permitam comparar os investimentos com os das restantes ilhas dos Açores. A pergunta que se tem de fazer é onde foram investidos os milhões que foram indicados nos sucessivos planos ao longo dos anos e que não foram investidos na ilha Terceira, nomeadamente os 65 milhões do Cais de Cruzeiros, que poderiam ter sido investidos em outras áreas e que não vieram para a Terceira. Também é preocupante a execução de 22% no primeiro semestre de 2014. Também discordou do enquadramento feito no plano relativamente ao aumento da população ativa, quando se está mascarar o maior aumento de taxa de desemprego do país, fala-se em equilíbrio social quando o relatório da OCDE aponta o maior colapso social jamais visto na Região, fala-se de uma suposta situação de equilíbrio nas finanças públicas quando a realidade é que o setor publico empresarial regional está com enormes dificuldades financeiras, cujas dividas contribuem para a

estagnação da economia da Ilha. ----------

O turismo da ilha Terceira foi abandonado pelo Governo Regional na proposta, não foi prevista a Gare de Passageiros, mas também não se deu atenção à proposta da Câmara da Praia da Vitória para gestão partilhada do cais dos americanos, e chega-se ao ridículo de não haver um rebocador para acostar cruzeiros, é um abandono total de turismo de cruzeiros para a ilha. Quando se refere a vontade do Porto da Praia da Vitória integrar o projeto COSTA, não existe qualquer verba associada a essa pretensão, chega-se à conclusão que o Porto da Praia é para deixar secar. Depois desaparece qualquer referencia à radioterapia nos Açores, com investimentos realizados, assim como a questão das Térmitas que contém uma verba diminuta para os centros históricos das cidades que se encontram infestados com edifícios que já não podem ser tratados. ----------

Também não se compreende que não se aposte em eventos turístico de cariz nacional e internacional na ilha Terceira, não havendo atenção à existência de uma cidade património mundial, assim como deixou haver referência à Geotermia na Terceira, quando a EDP deixou o projeto. Não entende como existe uma dotação de 2,9 milhões de euros para a Casa da Autonomia, pelo que irá comparar esta dotação com os investimentos na ilha Terceira no momento de crise que se está a passar. ----------

O Conselheiro Carlos Santos interveio para informar que a Câmara do Comércio fará chegar o seu parecer por escrito ao Conselho, no entanto, realçou que mais uma vez não se consegue saber a execução do ano anterior, não sendo possível fazer comparações. Apontou duas questões relevantes que deveriam estar contempladas, mais concretamente, o down size da Base das Lajes e o HUB Açores. ----------

O Conselheiro Pedro Ferreira lamentou que o Parque de Exposições da Ilha Terceira iniciado antes do de São Miguel ainda não terminou e que o de São Miguel já está a funcionar, o Nonagon também está a funcionar e roubou a fábrica de isótopos, e o Parque Tecnológico da Terceira ainda nem começou, a biblioteca publica rola desde 1997, entretanto, já foi concluído o Museu de Arte Contemporânea e a Casa da Autonomia há-de ficar pronta ainda antes da Biblioteca de Angra, e poderia dar muitos outros exemplos, mas só por estes dá para ver a velocidade dos investimentos na ilha Terceira. ----------

Numa primeira análise ao documento existem muitas obras, mas não irá alterar o programa do Governo ou velocidade do investimento. O problema do plano está na dotação financeira das ações manifestamente insuficiente para a sua realização, o que demonstra uma falta de credibilidade do documento. Por outro lado, a Carta Regional de Obras públicas, que indica uma série de obras para 2015 para a Terceira, que em

90% não se encontra no Plano de Investimentos. Perante isto por mais boa vontade que se queira demonstrar fica muito difícil acreditar na governação e em quem representa e defende a maioria, logo fica difícil emitir um parecer positivo ao documento. ----------

O Conselheiro António Toste entende que dentro da generalidade que se está perante um bom plano, com um aumento do investimento na ordem dos 13%, com uma grande preocupação para com as questões da segurança social, do emprego, da formação profissional e da juventude. Quanto ao andamento das obras defendeu que não se pode imputar ao Governo as questões de dificuldades da execução das mesmas, que em muitos casos tem a haver com problemas dos diversos executores. --

O Conselheiro José Pimentel Dias concordou com a posição da Câmara do Comércio no que se refere à importância fundamental de se saber a execução dos planos nos anos anteriores, porque não são entregues aos Conselheiros esses elementos. ----------

O Presidente esclareceu que não existem dados referentes a 2014, tendo em conta que o Plano foi elaborado a meados do ano, no entanto, as execuções são remetidas trimestralmente à Assembleia Legislativa e que estas são disponibilizados on-line. ------

Por maioria, com oito votos a favor e sete abstenções, o Conselho emitiu parecer positivo na generalidade à anteproposta de Plano Regional Anual para 2015. ----------

Na discussão na especialidade intervieram: ----------

A Conselheira Marília Vargas gostaria de ver contemplado no plano o apetrechamento do Hospital de Angra do Heroísmo em áreas como cirurgia do cancro da mama e do cancro do cólon. ----------

O Conselheiro Sandro Paim lamentou a demora na construção do Parque de Exposições com sucessivos atrasos nos procedimentos, constando apenas no Plano os arranjos exteriores e fiscalização da obra, continua-se sem saber quando se irá iniciar o Pavilhão de Exposições, pelo que propôs que seja a colocada uma menção sobre esta questão para 2015. Por outro lado, referiu que existe um dumping da rede regional de abate, relativamente ao sector privado que opera o abate de aves na ilha Terceira, parecendo mais vantajoso fechar o privado e fazer o abate na rede pública. --

O Conselheiro Luís Rendeiro também manifestou preocupação sobre algumas questões relativas à Rede Regional de Abate, como a dimensão das abegoarias do matadouro industrial e insuficiência das câmaras de frio. Quanto às aves entende que não se deve apostar na regionalização do matadouro de aves da Ilha Terceira, mas sim recomendar uma melhor regulação dos preços de abate. ----------

Referiu que a previsão de investimentos para 2015 não teve em conta a Carta de

Obras Públicas, ficando visível um arrastamento no tempo dos investimentos na ilha Terceira, em que houve uma redução de dotações orçamentais do ano passado para este ano. ----------

Propôs que o Governo criasse verbas suficientes para a dotação do Porto da Praia da Vitória de infraestruturas, como a gare de passageiros, melhorar as condições de operacionalidade do porto e a necessidade de ampliação para receber navios de maior porte, quer sejam cruzeiros quer sejam de carga, e a aquisição de mais um rebocador. É difícil pensar que o Porto da Praia sirva para o projeto COSTA quando não tem profundidade para receber navios de grande porte, pelo que seria necessário prever verbas no plano e orçamento para dinamizar aquele Porto. ----------

Propôs a realização de eventos de promoção turística, por mais ilhas e não apenas em São Miguel, em nome do desenvolvimento harmonioso do turismo da Região. ----------

O Presidente referiu que existem dois rebocadores em Ponta Delgada e um na Horta, que podem muito substituir o rebocador quando estiver em manutenção. Em relação a verbas para eventos de promoção turística informou que algum do investimento foi aplicado no Concelho de Angra, nomeadamente, na realização das Sanjoaninas. ---------

Propôs a consignação da verba entregue à Universidade, através da apresentação de um plano de desenvolvimento dos campus do Faial e da Terceira. Defendeu que o Governo Regional não faz planos para a Universidade, isso seria uma ingerência na autonomia e estatutos da academia, não sendo admissível a interferência do Governo na Universidade. ----------

Tendo em conta os constrangimentos do Pólo de Angra do Heroísmo da Universidade dos Açores, propôs o aumento da verba para o financiamento da tripolaridade, de forma a que se possa refletir naquele pólo. Considerou ainda que os planos de execução das verbas devem ser asseguradas pelo Governo Regional, e pela Reitoria da Universidade dados os últimos acontecimentos com o curso de gestão. ----------

O Conselheiro Norberto Messias entende que a questão do abate de aves relaciona-se com as atividades a desenvolver pelo Governo em 2015, sob pena da Ilha Terceira ficar sem abate de aves, ao qual acresce a impossibilidade de abate de aves que não sejam galinhas. ----------

Em relação à Universidade dos Açores, referiu que um dos problemas do Campus de Angra do Heroísmo é sua dispersão por dois espaços, já houve a manifestação de interesse em construir as estruturas necessárias à agregação das duas áreas do campus, assim a verba poderia ser canalizada para a realização das respetivas obras.-

O Conselheiro Paulo Borges referiu que a verba atribuída à Universidade dos Açores, já

no corrente ano foi atribuída no sentido de ser utilizada preferencialmente nos polos da Horta e da Terceira, não sabemos até que ponto foi realizado, mas pode-se propor que o Governo Regional requeira um relatório de execução como forma de pressionar a Reitoria a investir as verbas de uma forma mais equilibrada e especificamente para o desenvolvimento dos dois campus. ----------

O Conselheiro José Azevedo referiu que inicialmente o Parque de Exposições foi projetado para ser construido em três fases, depois juntou-se as duas últimas fases numa única, cuja dotação para 2015 é manifestamente insuficiente. ----------

O Conselheiro Pedro Ferreira defendeu a rápida conclusão da Biblioteca Pública de Angra e vê com apreensão a redução da verba consignada a esta obra o que poderá atrasar a conclusão da mesma no ano de 2015. Propôs um aumento da dotação orçamental para a obra. Colocada a votação a proposta foi rejeitada com dois votos a favor, três abstenções e dez votos contra. ----------

Considerou ainda manifestamente insuficiente a dotação prevista para execução e manutenção de estradas, até porque existem estradas como a Via Vitorino Nemésio, que já necessitam de obras de manutenção em zonas de maior degradação, pelo que propôs um reforço de dotação orçamental nesta área, tendo em conta o previsto para outras ilhas, como São Jorge e São Miguel. Sobre esta matéria o Presidente referiu que não cabe ao Conselho fazer dotações orçamentais, por não ser possível fazer o equilíbrio orçamental. Entende, que a proposta não é razoável, até porque a questão especifica de São Jorge prende-se com o acesso a uma fajã, por razões de intempéries, quanto a São Miguel trata-se de concluir processos passados. Colocada a votação a proposta de reforço de dotação orçamental, a proposta foi reprovada, com doze votos contra e 3 abstenções. ----------

O Conselheiro Luís Rendeiro referiu que a dotação orçamental para o sistema de monitorização e controlo de pragas urbanas, é manifestamente insuficiente para o grau de contaminação por térmitas existente nos centros históricos das cidades. Recordou que a nova legislação de manuseamento de produtos fitossanitários vai dificultar o controlo de pragas pelos privados, advindo também dai uma necessidade de melhoramento das políticas publicas de monitorização, controlo e erradicação de pragas. ----------

O Conselheiro José Azevedo sugeriu que deveria haver também uma especial atenção ao controlo de roedores.----------

O Conselheiro Paulo Borges referiu também a necessidade de monitorização da entrada de espécies invasoras, potenciais novas pragas, que já foram identificadas nas Canárias, Madeira e Portugal continental. ----------

O Conselho aprovou as seguintes propostas a incluir no Plano (a negrito as alterações propostas): ----------

O Conselho aprovou, por unanimidade, a introdução do texto a negrito na alínea a) 2.1.5. Construção do Parque de Exposição da Ilha Terceira. ----------

Empreitada do Parque de Exposições Agro-Comerciais da Terceira, pavimentação das vias do mercado semanal e fiscalização da obra, e **início da construção do Pavilhão de Exposições.** ----------

O Conselho aprovou, por unanimidade, a introdução do texto a negrito na alínea b) 2.1.7. Rede de Regional de Abate. ----------

Consolidação e qualificação da rede regional de abate, **incluindo a melhoria das abegoarias do Matadouro da Ilha Terceira e construção de estrutura para o abate de aves, no respeito pelo investimento privado existente no setor.** ----------

(a alteração proposta justifica-se pela inexistência de capacidade de abate, pública ou privada, de aves que não sejam galinhas na Ilha Terceira). ----------

O Conselho aprovou, por unanimidade, a inclusão da alínea da c) 3.2.15. **Construção de uma gare de passageiros no Porto da Praia da Vitória.** ----------

O Conselho aprovou, por unanimidade, a inclusão do texto a negrito na alínea d) 4.1.10. Eventos desportivos de promoção do destino. ----------

Celebração de contratos programa para promoção do destino Açores nos mercados externos através do desenvolvimento de eventos desportivos, **incluindo a realização de eventos de grande relevo na ilha Terceira.** ----------

O Conselho aprovou, por unanimidade, a inclusão do texto a negrito na alínea e) 5.7.4. Desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores. ----------

Comparticipar as despesas da Universidade dos Açores resultantes da tripolaridade. ---

**As transferências associadas à realização desta ação ficam condicionadas à aprovação de um plano de desenvolvimento do *campus* de Angra do Heroísmo e do *campus* da Horta e consignadas a despesas nesses *campi*.** ----------

O Conselho aprovou, por unanimidade, a introdução da alínea f) **6.5.7. Aquisição de equipamento de Photodinamic Eye e aparelho para laparoscopia no cancro do cólon para o Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo.** ----------

O Conselho aprovou, aprovou por unanimidade a inclusão do texto a negrito na alínea g) **8.1.3.** Operação Urbanística e Reabilitação de Infraestruturas Habitacionais. ----------

Obras de urbanização para a promoção de habitação própria e de custos controlados pelas vias individual, empresarial e cooperativa, ao abrigo do regime instituído pelo

DLR 21/2005/A, de 3 de agosto. ----------

Reabilitação de infraestruturas habitacionais em diversos loteamentos da Região Autónoma dos Açores, para efeitos de integração no domínio público Municipal, **incluindo a realização de um programa de erradicação de barracas na Serra de Santiago e a infraestruturação do Bairro de Santa Rita (Praia da Vitória).** ----------

O Conselho aprovou, por unanimidade, a inclusão do texto assinalado a negrito, na h) 10.5.18. Construção de terminal de carga da Aerogare Civil das Lajes ----------

Construção de terminal de carga da Aerogare Civil das Lajes, **incluindo as instalações de frio necessárias à exportação.** ----------

O Conselho decidiu ainda formular as seguintes recomendações: ----------

1. Devem ser reforçadas as verbas inscritas para o combate, controlo e monitorização de pragas, e serem incluídas medidas de interceção de espécies invasoras nos portos e aeroportos. ----------

2. Seja revista a política de preços praticada pela Rede Regional de Abate, por forma a eliminar situações de concorrência desleal com investimentos privados feitos no setor, nomeadamente no que respeita ao abate da galinhas na ilha Terceira. ----------

**Quarto ponto** – Proposta de deliberação sobre a situação do pessoal da Delegação da Terceira da Antena Um Açores. ----------

O Conselheiro Luís Rendeiro manifestou o seu total apoio ao documento, referindo que é mais que evidente a situação do serviço público de audiovisual na Terceira, atravessa uma fase de quase insustentabilidade, mais gravosa no serviço de rádio do que no serviço de televisão, sendo ambos maus. Salientou que algumas obrigações do serviço público são incumpridas, basta ver que não cobrem a realização das reuniões deste Conselho, das Assembleias Municipais de Angra e da Praia, quando comparado com outras ilhas. Esta posição da RTP tem implicações mais acentuadas quando foi realizado um protocolo com a Câmara de Angra para a cedência de instalações, que não está manifestamente a ser cumprido, pelo que não se justifica estar-se a celebrar protocolos com um serviço público que não tem tratado a Terceira e as suas instituições com a dignidade que merece, nem sequer procura ter um quadro de pessoal à altura do que se exige para uma ilha com a importância, social, económica, demográfica e a relevância das suas instituições no contexto regional. ----------

O Presidente manifestou a sua concordância com a proposta de deliberação e com as considerações feitas do Conselheiro Luís Rendeiro. Informou que o protocolo referido anteriormente foi objeto de revisão em reunião de Câmara e está a ser acompanhado o seu desenvolvimento. ----------

O Conselheiro Pedro Ferreira entende que este assunto que é relevante para todos, embora não seja apenas um problema da rádio, mas também das condições em que os profissionais da televisão trabalham não são as melhores, pelo que sugeriu que o documento fosse alargado também à televisão. Ao que o Presidente informou que essa matéria já foi objeto de documento já aprovado em reunião anterior do Conselho e que mantém a sua vitalidade. ----------

O Conselheiro José Pimentel Dias defendeu que o serviço público de rádio e televisão era fundamental para a democracia, porque veicularam as opiniões, pelo que é necessário fazer uma inversão da situação. ----------

Colocada a votação a proposta de deliberação, foi aprovada, por unanimidade. ----------

Não havendo outros assuntos a tratar, o Presidente do Conselho, declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, foi aprovada e vai ser assinada. ----------

O Presidente do Conselho,

José Gabriel do Álamo de Meneses

Os Membros da Mesa,